



MICHAEL URBAN/AFP

Entrevista a Carlos Coelho, eurodeputado Estados aderentes estão “suficientemente preparados”

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

● Carlos Coelho, eurodeputado do PSD, liderou a posição do Parlamento Europeu sobre o alargamento do espaço Schengen. Alertou recentemente para o risco de uma abertura precipitada das fronteiras sem que os Estados candidatos estivessem preparados. Pensa que esse risco ainda se mantém? É compreensível o receio que manifestei, uma vez que a segurança em todo o espaço Schengen depende do rigor e da eficácia que cada Estado-membro coloca, não só no controlo das suas fronteiras externas, mas também da qualidade e rapidez do intercâmbio de informações através do Sistema de Informação Schengen (SIS). A fragilidade ou o funcionamento inadequado de qualquer destes elementos coloca em risco a segurança da União. Continuo a achar que este processo se desenrolou num curto espaço de tempo. Os nove Estados-membros foram, porém, sujeitos a um rigoroso processo de avaliação, envolvendo acções de investigação *in loco*. As conclusões apresentadas no relatório final foram aprovadas por unanimidade dos seus membros e garantem que todos os nove Estados demonstraram estar suficientemente preparados para aplicar todas as disposições. **Quais são as eventuais lacunas ou insuficiências que deverão ser objecto de atenção particular?** As avaliações constataram a existência de algumas questões pendentes, que, embora não constituam um entrave à plena adesão desses Estados, exigem um acompanhamento no futuro.

Por exemplo, no caso da Estónia, os trabalhos de reconstrução no aeroporto de Talin ainda não estão concluídos. A solução transitória é conforme aos requisitos de Schengen, mas quando os trabalhos de reconstrução estiverem terminados e o novo terminal for posto a funcionar, terá de haver uma nova avaliação. Outra lacuna é que, apesar de terem o número de efectivos minimamente aceitável, existe uma clara necessidade de o aumentar, questão essa que ainda está a ser tratada e que vai ser objecto de monitorização.

Terá de haver algum tipo de vigilância particular para garantir que não há problemas? Essa foi a minha preocupação e foi por isso que não me limitei a carimbar esta decisão e decidi



Há questões pendentes, que, embora não constituam um entrave à plena adesão, exigem ser acompanhadas

apresentar duas propostas que foram aprovadas pela esmagadora maioria dos meus colegas no Parlamento Europeu. Em relação aos problemas pendentes, os Estados envolvidos terão de informar o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros da União Europeia, no espaço de seis meses, sobre o seguimento que foi dado às recomendações feitas, e eventuais mudanças que ainda se encontrem em curso. Será preciso, igualmente, proceder a uma nova avaliação global de todos os países que integram o espaço Schengen.

recém-chegados com as normas comuns de controlo dos 9 mil quilómetros de fronteiras externas, ou de concessão de vistos de entrada. Cada um deles foi igualmente submetido a uma avaliação rigorosa por parte dos outros sobre o seu grau de preparação para executar as novas responsabilidades, e os níveis de segurança dos seus controlos.

Ao mesmo tempo, foi preciso alargar aos novos membros o Sistema de Informação Schengen, (SIS), a gigantesca base de dados que concentra todas as informações relevantes fornecidas pelos Estados para assegurar a melhor cooperação policial e judiciária possível.

Na previsão do alargamento de Schengen, os países-membros começaram a preparar um novo sistema mais sofisticado (o SIS II), com um maior número de informações e melhores possibilidades de cruzamento dos dados. A complexidade técnica atrasou, no entanto, o seu desenvolvimento, o que esteve em risco de atirar a adesão dos países de Leste para 2009. Uma solução informática desenvolvida por Portugal permitiu, no entanto, resolver o problema (ver texto nestas páginas).

Alargamento esteve quase a ser adiado

Fronteiras abertas com software português

Isabel Gorjão Santos

● O velho Sistema de Informações de Schengen, criado para a Europa de 1995, já não estava capaz de integrar os novos Estados-membros. E o novo sistema, o SIS II, está atrasado e não poderá funcionar antes de 2009. Mas havia nove Estados à espera para aderir e a presidência portuguesa da UE tinha em mãos um complicado problema informático e político. O Ministério da Administração Interna pediu ajuda à Critical Software, empresa de Coimbra especializada em soluções informáticas que não podem falhar, que desenvolveu o SISone4all.

“Foi tudo feito por uma *dream team* que juntou a Critical Software, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Ministério da Administração Interna”, explica Gonçalo Quadros, presidente da empresa. O então ministro, António Costa, recorda que o problema se tornou evidente

quando começou a ser preparada a presidência portuguesa. “Um dos compromissos previstos na adesão dos novos Estados era a sua entrada no espaço Schengen este ano”.

O SIS II estava atrasado e isso tornava-se cada vez mais evidente. “Começou a perceber-se que esse atraso iria inviabilizar a entrada dos novos países”, recorda António Costa. O problema começou a ser abordado junto da Comissão Europeia, em Junho do ano passado. Mais tarde concluiu-se que a entrada dos novos Estados estava comprometida. “Tínhamos um grande problema político”, salienta o ex-ministro.

Pensou-se delinear um “plano B”. Foram abordadas duas ou três empresas portuguesas de tecnologias, mas foi a Critical Software que acabou por apresentar uma solução. “Começou então toda a batalha diplomática para convencer os antigos Estados-membros e os serviços da Comissão”,

recorda António Costa. A solução informática da Critical passou em vários testes, mas ainda se confrontava com um obstáculo, “o preconceito quanto à tecnologia nacional”.

Em cinco meses, a Critical redefiniu um sistema informático já ultrapassado para o transformar no SISone4all, que o primeiro-ministro José Sócrates entregou em Março aos nove países que agora entram. “A nossa grande vitória foi termos sido capazes de encontrar uma solução simples”, explica Gonçalo Quadros, que em 1998 foi um dos fundadores da empresa.

O SISone4all custou cerca de 200.000 euros, inteiramente financiados por Portugal. E apesar de estar envolvido em muitos projectos internacionais - a Critical tem clientes em mais de 30 países - Gonçalo Quadros considera que o desenvolvimento deste *software* foi especial. “É um dia de que nos orgulhamos muito”.

